

## O conflito EUA-China



Por **GILBERTO LOPES\***

*Um histórico das relações complexas e tensas das duas maiores economias do mundo, que podem chegar a uma confrontação armada*

“‘Isto vai abalar o mundo!’”, disse o primeiro-ministro Zhou Enlai, quando chegamos a um acordo sobre o comunicado conjunto que estávamos preparando para a visita que o presidente Nixon faria à China em fevereiro de 1972”. “Seria fantástico se, 40 anos depois, os Estados Unidos e a China pudessem unir esforços, não para abalar o mundo, mas para o construir”, diria Henry Kissinger na última linha de seu extenso *On China*, publicado em 2011, um longo percurso de sua experiência na construção das relações entre as duas nações. Não há dúvida de que este livro é o que melhor reúne a aspiração de deixar estabelecido seu legado no cenário político mundial.

É um livro notável, de uma das mentes que melhor compreende como defender seus interesses e os desafios políticos do mundo em que lhe coube viver. E certamente, entre os líderes políticos norte-americanos, ele é o mais experiente e conhecedor da cultura política chinesa. Henry Kissinger fala longamente sobre sua experiência, os contatos políticos iniciados durante a administração Nixon, quando negociou com os líderes chineses o restabelecimento das relações de Washington com o governo de Pequim.

O que se conheceria como o “Comunicado de Xangai” foi um documento cuidadosamente elaborado na segunda visita de Henry Kissinger a Pequim, em outubro de 1971, na sequência de uma visita anterior em que os dois países começaram a negociar o restabelecimento de suas relações. Um comunicado que expressava, de modo satisfatório para ambas as partes, suas posições sobre o delicado tema de Taiwan.

Henry Kissinger negociava-o com o primeiro-ministro Zhou Enlai, até que, ao rever os rascunhos, o presidente Mao Tsé-Tung ordenou uma mudança no tom e no conteúdo. Ele não queria que fosse apenas mais um documento. Ordenou que abandonassem o rascunho em que vinham trabalhando e que preparassem outro documento, no qual cada país expressaria livremente sua posição sobre Taiwan. Naturalmente, divergentes. Com ênfases diferentes. Uma seção final do documento conteria os pontos de vista comuns.

Desta forma, diz Henry Kissinger, “cada lado estava propondo uma trégua ideológica e destacando os pontos em que as posições convergiam”. O mais importante pareceu-lhe ser aquele que se referia ao conceito de hegemonia: “Nenhuma das partes deve procurar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico e ambas opõem-se aos esforços de qualquer outro país ou grupo de países para estabelecer tal hegemonia”.

Era uma clara alusão à União Soviética, que ambos confrontavam. Um inimigo comum à época, que facilitava um entendimento entre os dois lados. Mas a Kissinger não escapava que a sustentabilidade desta estratégia dependia dos progressos que pudessem ser feitos na questão de Taiwan, onde a margem para concessões era estreita.

Um equilíbrio ambíguo entre os princípios e o pragmatismo foi expresso no Comunicado de Xangai, no qual os Estados Unidos reconheciam que “todos os chineses de ambos os lados do estreito de Taiwan sustentam que há uma única China e que Taiwan faz parte da China. O governo dos Estados Unidos não contesta essa posição. Reafirma seu interesse numa solução pacífica da questão de Taiwan por parte dos próprios chineses”.

A posição dos Estados Unidos foi definida em cinco princípios: ratificação da política de reconhecimento da existência de

apenas uma China; reafirmação de que os Estados Unidos não apoiariam movimentos independentistas em Taiwan; que não apoiariam qualquer política do Japão para restaurar sua influência sobre a ilha, onde tinha sido uma potência colonial; apoio a qualquer tentativa pacífica de acordo entre Pequim e Taiwan; e o compromisso de continuar normalizando as relações.

Outros dois comunicados entre Washington e Pequim foram assinados em 1979 e 1982. Neles reiterava-se a política de “uma só China” e reconhecia-se o governo de Pequim como o representante dessa China. Os comunicados acrescentavam que os Estados Unidos não manteriam laços oficiais com Taiwan. Mas não excluía relações não oficiais, incluindo a venda de armas, tais como os 150 caças F-16 vendidos a Taiwan durante a administração George Bush.

As notas sobre as negociações de Richard Nixon e sua delegação com os governantes chineses durante a visita de fevereiro de 1972, mantidas no Arquivo de Segurança Nacional (mas desclassificadas), indicam que o primeiro-ministro Zhou expressou sua preocupação não só com a possibilidade de uma renovada influência japonesa sobre sua antiga colônia, mas também com a eventual independência de Taiwan. Ele queria garantias de que Washington não apoiaria qualquer movimento inconsistente com o conceito de “uma só China”, que os Estados Unidos tinham reconhecido.

Richard Nixon respondeu - segundo as notas desclassificadas - que os “Estados Unidos não apoiariam ‘qualquer’ movimento independentista em Taiwan e reiterou que Taiwan era ‘parte da China’, mas também que Washington apoiava ‘uma solução pacífica para os problemas de Taiwan’”.

Henry Kissinger termina o capítulo - o nono de seu livro, intitulado *“Resumption of relations: first encounters with Mao and Zhou”* - com duas perguntas e uma observação: os interesses das duas partes podem realmente tornar-se congruentes? Podem separá-los de suas próprias visões ideológicas, de modo a evitar sua contaminação por emoções conflituosas?

“A visita de Richard Nixon à China abriu as portas para lidar com estes desafios”, diz Henry Kissinger. Mas observa que eles ainda estão aqui conosco em 2011, quando publicou seu livro.

Em sua opinião, apesar de tensões ocasionais, o Comunicado de Xangai tem servido a seus propósitos. Os Estados Unidos têm insistido na importância de uma solução pacífica do problema, e a China tem enfatizado o imperativo da unificação, sem excluir, como tem repetidamente salientado, o eventual uso da força caso desenvolvam-se tendências independentistas em Taiwan.

## Protestos de Tiananmen

Menos de uma década depois, após a repressão dos protestos na Praça Tiananmen em junho de 1979, as relações entre os dois países voltaram praticamente à estaca zero. As coisas não pareciam seguir por onde Henry Kissinger pretendia, se nos atemos às aspirações expressas na conclusão de seu livro.

Jiang Zemin tornou-se secretário geral do Partido Comunista em junho de 1989. Os protestos na Praça Tiananmen tinham começado em 15 de abril e foram esmagados pelo exército em 4 de junho.

“Em novembro, Jiang convidou-me para conversar”, diz Kissinger. Não entendia como um problema interno da China (a crise de Tiananmen) poderia causar uma ruptura das relações com os Estados Unidos. “Não há qualquer problema grave entre a China e os Estados Unidos, com exceção de Taiwan”, disse ele. Mas mesmo neste caso, acrescentou ele, o Comunicado de Xangai estabelece uma fórmula apropriada para lidar com ele.

Nos 40 anos desde a sua assinatura, nem a China nem os Estados Unidos tinham permitido que a diferença sobre Taiwan se desviasse dos esforços de normalização das relações, acredita Kissinger. Mas é evidente que a questão poderia hoje, como raramente antes, descarrilar décadas de filigrana diplomática cuidadosamente construída, cujo resultado poderia ameaçar o próprio destino da humanidade.

Como o presidente chinês Xi Jinping assinalou em sua longa conversa telefônica com seu colega norte-americano em 28 de julho, aquele que brinca com fogo acaba se queimando. Pediu a Biden que respeitasse, por palavras e ações, o estipulado nos três comunicados em que se baseiam as relações entre os dois países.

Como pano de fundo das tensões renovadas, havia o anúncio da visita da presidente da Câmara dos Representantes Nancy Pelosi a Taiwan, como parte de um giro pela Ásia. A advertência de Xi é apenas a última de uma série que inclui a chancelaria e as forças armadas chinesas, e naturalmente não pode haver nenhuma de mais alto nível.

## Construindo sua própria pirâmide

Uma pirâmide, lugar onde os restos mortais de grandes homens são guardados para a posteridade. Uma ideia que me persegue enquanto leio *On China*. Acho impossível não pensar que a ideia não esteja, desde o início, na cabeça de Henry Kissinger. Nem acho absurdo pensar que seja assim.

Isto obriga-me a ler o livro com cuidado, com uma luz de alerta sempre acesa. Noto, ao concluir o capítulo 9: “um capítulo em que as qualidades de Kissinger como observador, diplomata e narrador adquirem especial relevo”. Naturalmente, quando Nixon sobe ao palco, ele dá um ligeiro passo ao lado. Mas é seu livro e é sua figura que brilha mais.

A visita de Richard Nixon à China, argumenta, foi uma das poucas em que uma visita de Estado provocou mudanças seminais nas relações internacionais. Em sua opinião, “o retorno da China ao jogo diplomático global e o aumento das opções estratégicas para os Estados Unidos deram uma nova flexibilidade ao sistema internacional”.

Cabe destacar aqui – como já ressaltamos, embora não seja possível aprofundar o assunto – que o cenário internacional se caracterizava por tensões entre a China e a União Soviética, o que facilitava a aproximação com os Estados Unidos. O rápido desenvolvimento econômico do Japão também reavivou velhos receios na China, enraizados em memórias relativamente recentes da ocupação de seu território pelo exército japonês.

Henry Kissinger observa que “a aproximação sino-americana começou como um aspecto tático da Guerra Fria, mas evoluiu para se tornar central para o desenvolvimento de uma nova ordem global”. Nenhum deles procurava mudar as convicções do outro (e talvez tenha sido isso que tornou o diálogo possível), “mas articulamos objetivos comuns que sobreviveram ao período de ambos (o dele e o de Zhou) no exercício de nossos cargos – uma das mais altas distinções a que um político de Estado pode aspirar”.

É a mesma ideia que se repete no final do livro. “Quando o primeiro-ministro Zhou Enlai e eu chegamos a um acordo sobre o comunicado que anunciava a visita secreta, ele disse: ‘Isto vai abalar o mundo’”. Ao que Kissinger acrescentou sua esperança de que também ajudaria a construí-lo.

## Uma impossível ordem unipolar

Após a crise de Tiananmen em junho de 1989, os Estados Unidos impuseram sanções à China e suspenderam todos os contatos de alto nível entre os dois países. Apenas cinco meses mais tarde, cairia o Muro de Berlim. Pouco tempo depois, com o fim da União Soviética, a Guerra Fria chegaria ao fim. Para os Estados Unidos, a desintegração da União Soviética foi vista como uma forma de triunfo permanente e universal dos valores democráticos. Os líderes chineses rejeitaram esta previsão de um triunfo universal da democracia liberal ocidental.

George Bush tinha tomado posse em janeiro de 1989. Jiang Zemin era então secretário geral do Partido Comunista Chinês e presidente de seu país. Em seus discursos, Jiang reiterava a importância das relações entre China e Estados Unidos. “A cooperação entre os dois países é importante para o mundo. Nós faremos o impossível para que isso aconteça”. Mas ele acrescentava: o principal problema entre a China e os Estados Unidos é a situação em Taiwan. Falamos frequentemente de uma solução pacífica para este problema e da fórmula “um país, dois sistemas”. “Eu normalmente só falo destes dois aspectos. Contudo, acrescento algumas vezes que não podemos descartar o uso da força”. “Esta é a parte mais sensível da nossa relação”, reiterou ele.

Aproximava-se o fim do governo Bush e Kissinger visitava novamente a China. Ao regressar, trazia uma mensagem do governo chinês para Bush. Era uma tentativa de reorientar as relações. E embora Bush tenha enviado seu secretário de estado, James Baker, para conversas em Pequim (ainda que os contatos de alto nível tivessem sido suspensos desde

Tiananmen), as negociações não avançaram. Seu governo tinha entrado num período de final de mandato, que não permitia o desenvolvimento de grandes iniciativas.

O mandato de Bush terminaria em janeiro de 1993. Durante a campanha eleitoral de 1992, Clinton tinha criticado sua administração como sendo demasiado condescendente com a China. “A China não poderá resistir eternamente às forças de uma mudança democrática. Um dia seguirá o caminho dos regimes comunistas da Europa do Leste e da antiga União Soviética”.

Ao tomar posse em janeiro de 1993, anunciou sua intenção de levar a democracia a todo o mundo como o principal objetivo de sua política externa. Nas audiências de confirmação no Congresso, o secretário de estado Warren Christopher declarou que os Estados Unidos procurariam facilitar uma transição pacífica da China, do comunismo para a democracia, apoiando as forças políticas e econômicas favoráveis à liberalização.

Os chineses viam-no de outra forma. O ministro das relações exteriores Qian Qichen (“um dos ministros das relações exteriores mais hábeis que já conheci”, diria Kissinger) garantiu a Henry Kissinger que “a ordem internacional não permaneceria unipolar indefinidamente”. “É impossível que tal mundo unipolar chegue a existir. Alguns povos pensam que, após a Guerra do Golfo e a Guerra Fria, os Estados Unidos podem fazer o que quiserem. Penso que isso não é correto”, acrescentou Qian.

Poucos artigos expressam de maneira mais crua este cenário unipolar do que *The unipolar moment*, do falecido colunista conservador norte-americano Charles Krauthammer, publicado na revista *Foreign Affairs* em 1991. “A característica mais marcante do mundo pós-Guerra Fria é sua unipolaridade”, dizia Krauthammer. “Não há mais do que uma potência de primeira categoria e nenhuma perspectiva de que, no futuro imediato, surja alguma potência”.

O artigo é abundante em expressões semelhantes. Não há uma única referência ao papel da China neste cenário, precisamente quando Kissinger destacava que os anos 90 se caracterizaram por seu espantoso crescimento econômico e pela transformação de seu papel no mundo. Percebia bem que uma nova ordem internacional estava prestes a surgir. Se em 1994 o orçamento militar de Taiwan era maior do que o da China, hoje o da China é 20 vezes maior. Se em meados da década de 1990 as relações econômicas entre ambas eram relativamente insignificantes (as exportações de Taiwan para a China eram inferiores a 1% do total de suas exportações), atualmente este número está próximo dos 30%.

Hoje está claro quem tinha uma visão mais ajustada ao desenvolvimento dos acontecimentos. O fim da União Soviética e do socialismo na Europa do Leste significou o triunfo de Washington na Guerra Fria, que atingiu então a cúpula do poder. Mas foi também o início do declínio de seu papel, tanto econômica como politicamente, no cenário mundial. Muitos analistas não conseguiram prever o ritmo do desenvolvimento chinês, nem o início da decadência norte-americana.

Consistente com essa retórica, em maio de 1993, Bill Clinton estendeu condicionalmente o estatuto de Nação Mais Favorecida à China durante um ano. A ordem executiva foi acompanhada pela retórica mais pejorativa contra a China do que qualquer outra administração desde 1960, diz Henry Kissinger, comentando a visita do secretário Christopher a Pequim: “foi um dos encontros diplomáticos mais hostis desde que os Estados Unidos e a China iniciaram sua política de aproximação”.

## A última coisa em que os chineses estariam pensando

Henry Kissinger reiterou os riscos de uma política que enfatiza, em tons cada vez mais estridentes, os aspectos de uma confrontação que não pode se tornar armada sem ameaçar a própria vida humana no planeta. Tem se manifestado repetidamente nos últimos meses.

Em entrevista à *Bloomberg* em julho, advertiu que uma Guerra Fria entre os dois países poderia acabar numa catástrofe mundial. Biden deve ter o cuidado de não deixar que a política interna interfira em sua visão da China. É importante evitar a hegemonia chinesa (ou de qualquer outro país), mas isso não pode ser alcançado através de confrontações intermináveis, disse ele. Questionado por Judy Woodruff, da *PBS News Hour*, sobre as lições que a China pode tirar da atual guerra na Ucrânia em relação a um eventual ataque a Taiwan, Kissinger estimou que “esta seria a última coisa em que os chineses estariam pensando neste momento”.

“Não seria melhor abandonarmos toda a ambiguidade de nossa política em relação a Taiwan e declararmos que defenderemos a ilha contra qualquer ataque?”, perguntou a jornalista. “Se abandonássemos nossa política e Taiwan se declarasse um país independente, a China seria praticamente obrigada a adotar medidas militares, porque isto tem sido muito profundamente parte de seu problema interno. De modo que essa ambiguidade tem evitado o conflito. Mas os efeitos dissuasores também devem ser firmes”, disse Henry Kissinger.

Em seu livro, Henry Kissinger refere-se à posição dos ativistas dos direitos humanos para quem seus valores eram considerados universais. Para esses setores, as normas internacionais de direitos humanos devem prevalecer sobre o conceito tradicional de soberania dos Estados. “Desse ponto de vista”, diz ele, “uma relação construtiva a longo prazo com Estados não democráticos é insustentável quase por definição”.

“A política de direitos humanos da China não lhe diz respeito”, tinha dito o primeiro-ministro Li Peng ao secretário Christopher durante sua reunião em Pequim, observando que os Estados Unidos tinham muitos problemas de direitos humanos para resolver.

O que é certo nesta matéria é que os Estados Unidos não aceitam a jurisdição dos organismos internacionais de direitos humanos e acabaram transformando a questão num instrumento político contra aqueles que não compartilham seus interesses. Uma política promovida especialmente na América Latina, onde os Estados Unidos apoiaram regimes responsáveis por graves violações dos direitos humanos, incluindo a derrubada de Salvador Allende no Chile, que o próprio Kissinger promoveu e encorajou durante a administração Nixon.

## A favor da ambiguidade

Ao mesmo tempo, forças independentistas em Taiwan, lideradas pelo presidente Lee Teng-hui, emergiam com um impulso renovado. Em 1995, Lee recebeu autorização para visitar a Universidade de Cornell, onde tinha estudado. Seu discurso, com repetidas referências ao “país” e à “nação” e à discussão sobre o fim iminente do comunismo, revelou-se inaceitável para Pequim, que chamou seu embaixador em Washington, atrasou a aprovação para o novo embaixador dos Estados Unidos em Pequim e cancelou contatos de alto nível com o governo norte-americano.

Era julho de 1995 e Henry Kissinger estava de volta à China. Os Estados Unidos devem entender que “não há espaço de manobra no assunto de Taiwan”, disse-lhe Qian Qichen. “Perguntei ao presidente Jiang se a afirmação de Mao de que a China poderia esperar cem anos para resolver a questão de Taiwan ainda se mantinha, e ele me disse que não. A declaração foi feita há 23 anos, disse Jiang, por isso só faltam 77 anos”.

Como esta conversa já tem 27 anos, 50 anos se passaram e estaríamos agora exatamente na metade do prazo dado por Mao. Assim, o tempo está mais curto e a advertência de Xi, de que aqueles que brincam com fogo acabam se queimando, não deve ser vista como uma repetição de avisos do passado. Parece-me que esta não é a lógica chinesa.

Anos depois, a esposa de Bill Clinton, Hillary, serviu como secretária de estado (2009-2013) durante o primeiro mandato de Barack Obama. Sua opinião sobre Henry Kissinger, expressa numa entrevista ao editor nacional do *Financial Times*, Edward Luce, publicada em 17 de junho, dificilmente poderia ser mais dura.

Luce refere-se a Zbigniew Brzezinski, conselheiro de segurança nacional no governo de Jimmy Carter, um cientista político polonês morto em 2017, “rival e amigo” de Kissinger. “Kissinger disse recentemente que a Ucrânia deveria conceder território a Putin para pôr fim à guerra”, declarou Luce, reiterando uma afirmação que Kissinger nega. É, em todo caso, uma interpretação bastante generalizada de declarações feitas por Kissinger em Davos, embora ele as tenha negado explicitamente na entrevista à jornalista Woodruff. Talvez façam parte da “ambiguidade” necessária a que se referiu anteriormente como essencial para evitar uma guerra entre os Estados Unidos e a China, provocada pela questão de Taiwan.

Luce toma partido e afirma que, em sua opinião, Brzezinski tinha uma compreensão mais apurada do que Kissinger das fraquezas da União Soviética. “Concordo totalmente”, respondeu Hillary. “Nunca pensei que Brzezinski tivesse uma visão romântica dos russos como Kissinger. Ele valoriza demasiadamente sua relação com Putin”. E acrescentou uma frase lapidar: “Você tem que dar crédito a Kissinger por sua longevidade, pelo menos. Ele simplesmente segue em frente”.

Em seu critério, a OTAN deveria ter continuado a expandir-se para leste; os argumentos contra eram, no mínimo, ingênuos. A memória de uma velha anedota ocorrida num restaurante londrino onde os convidados discutiam a conveniência da expansão da OTAN após o fim da Guerra Fria ilustra suas ideias. “Eu sou da Polônia (disse quem os atendia) e antes de receber seu pedido, deixem-me dizer-lhes uma coisa: nunca confiem nos russos”. Hillary aprovava. Ela também pensa que Putin “não tem alma” e que ele interveio nas eleições de 2016 contra ela, apoiando Trump. “Se Trump tivesse ganhado em 2020, sem dúvida teria abandonado a OTAN”, disse ela na entrevista ao *Financial Times*.

## Formação de blocos excludentes

Após um longo percurso de mais de 500 páginas, num apêndice final com referência à visita do presidente chinês Hu Jintao a Washington em janeiro de 2011 no governo Obama, Kissinger declara: “O perigo estrutural para a paz mundial no século XXI está na formação de blocos excludentes entre o Oriente e o Ocidente (ou pelo menos com sua parte asiática), cuja rivalidade poderia replicar em escala global o cálculo de soma zero que produziu as conflagrações na Europa no século XX”.

O fim da presidência de Jiang Zemin em março de 2003 marcou o fim de uma era nas relações sino-americanas. Os dois países já não tinham um adversário comum (a Rússia), nem compartilhavam o conceito de uma nova ordem mundial. Nos Estados Unidos, George W. Bush tinha assumido a presidência em janeiro de 2001, enquanto que, na China, Hu Jintao sucedeu Zemin no cargo. Kissinger lembra que Bush chegou à presidência após o colapso da União Soviética, em meio ao triunfalismo e à crença de que seu país era capaz de redesenhar o mundo à sua própria imagem e semelhança, como já vimos, com base em sua visão da democracia e dos direitos humanos.

A questão de Taiwan permaneceu na agenda e foi discutida por Bush com o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao durante sua visita a Washington em dezembro de 2003. Jiabao reiterou que a política de Pequim continuava sendo a de promover uma reunificação pacífica sob a regra “um país – dois sistemas”, tal como aplicada em Hong Kong.

Em 2005, num discurso na Assembleia Geral da ONU, Hu Jintao referiu-se a um mundo harmonioso com paz duradoura e prosperidade partilhada, a visão chinesa sobre o cenário mundial. É evidente que este não foi o rumo seguido. Em janeiro de 2011, Hu visitou os Estados Unidos. Questões complexas permaneciam na agenda, como as relações com a Coreia do Norte ou a liberdade de navegação no Mar do Sul da China. O que está pendente, diz Kissinger, é se podemos passar da gestão das crises à definição de objetivos comuns. Poderão os EUA e a China desenvolver uma verdadeira confiança estratégica?

Henry Kissinger volta o olhar para o cenário que conduziu à Primeira Guerra Mundial, à unificação e crescimento das capacidades militares da Alemanha. Cita um analista inglês, funcionário do *Foreign Office*, Eyre Crowe, em cuja opinião, independentemente das intenções, se a Alemanha alcançar a supremacia naval, a existência do Império Britânico estará em jogo e não haverá maneira de encontrar formas de cooperação ou confiança entre os dois países. Transposto este critério para uma análise dos riscos que o crescimento da China implica, isto seria incompatível com a posição dos Estados Unidos no Pacífico e, por extensão, no mundo.

A esta visão de Eyre Crowe soma-se, no debate norte-americano, a de grupos neoconservadores e outros, para os quais a pré-existência de instituições democráticas é um requisito para o estabelecimento de relações de confiança entre os países. Neste caso, a mudança de regime seria o objetivo final da política norte-americana em relação aos países que considera “não democráticos”.

Se as diferenças ideológicas são enfatizadas, as relações poderiam complicar-se. Mais cedo ou mais tarde, um ou outro lado poderia cometer um erro de cálculo... o resultado seria desastroso, acredita Kissinger. Para evitar isto, a relação entre a China e os Estados Unidos não deve ser de soma zero. A competição, mais do que militar, deveria ser econômica e social. Como alcançar esse equilíbrio é o desafio para cada geração de novos líderes em ambos os países.

Qualquer tentativa dos Estados Unidos de organizar a Ásia para isolar a China, ou criar um bloco de Estados democráticos para lançar uma cruzada ideológica, está condenada ao fracasso. Se consideramos que os dois países estão condenados a confrontarem-se, criando blocos no Pacífico, o caminho para o desastre ficará pavimentado, diz Henry Kissinger. Em vez

disso, sugere como alternativa que Japão, Indonésia, Vietnã, Índia e Austrália integrem um sistema que, longe de ser visto como instrumento de uma confrontação entre os Estados Unidos e a China, seja visto como um esforço de desenvolvimento conjunto.

É evidente que isto não aconteceu dessa forma, e não se pode descartar que o caminho percorrido conduza a uma grande catástrofe.

## O fim da ambiguidade?

Parece tentador. Não faltam pessoas nos Estados Unidos que pensam que chegou o momento de confrontar a China e acabar com a ambiguidade com que a questão de Taiwan tem sido tratada. No meio da turbulência provocada pelo anúncio de Nancy Pelosi de sua intenção de visitar Taiwan, David Sacks, pesquisador do *Council on Foreign Relations*, publicou em julho um artigo sobre o assunto em *Foreign Affairs: How to survive the next Taiwan Strait Crisis*.

Avizinha-se uma era muito mais perigosa para as relações entre os dois lados do estreito, argumenta em seu artigo. Ele apoia sua afirmação com observações do diretor da CIA William J. Burns, um diplomata e ex-secretário de estado na administração Obama, que acredita que a determinação do presidente Xi em reafirmar o controle de Pequim sobre Taiwan não deve ser subestimada.

Diante desta realidade, é de se esperar que seria prudente manter a política definida nos comunicados conjuntos assinados com a China e a política de uma certa ambiguidade defendida por Henry Kissinger, como meio de evitar uma confrontação desastrosa.

Esta não é a visão de David Sacks. Sua proposta é que, para enfrentar os perigos desta nova fase, Joe Biden deveria promover uma revisão completa da política dos Estados Unidos em relação a Taiwan. Sua sugestão é que essa política esteja baseada na dissuasão e que, para isso, os Estados Unidos deveriam deixar claro que usarão a força para defender Taiwan.

Toda a visão do problema está centrada numa resposta militar. Para além do que já foi sugerido, defende também o incremento da capacidade de combate de Taiwan; a assessoria nas reformas das reservas e das forças de defesa territorial; a insistência em que o governo da ilha aumente seus gastos militares e invista em mísseis, minas marítimas e defesas aéreas portáteis. A cooperação norte-americana deve aumentar nos próximos anos, mas ele recomenda que não a tornem pública.

A opinião desse tipo de analista é informada pelo modo como a China reagiu no passado às aproximações de Washington de Taipé. Recorda a viagem de um antecessor de Pelosi como presidente da Câmara, Newt Gingrich, em 1997, para reunir-se com o presidente Lee Teng-hui, ou a visita de Lee aos Estados Unidos dois anos antes.

David Sacks refere-se à reação do presidente Jiang Zemin, cujo protesto foi expresso – como já vimos – na arena diplomática. Mas Henry Kissinger, que esteve novamente na China durante este período, cita o vice-primeiro-ministro Qian Qichen. “A China”, disse Qian, “atribui grande importância às suas relações com os Estados Unidos, mas Washington deve ter claro que não temos margem de manobra na questão de Taiwan”.

David Sacks deriva dessa experiência a conclusão de que a história se repetirá, apesar do desenrolar dos acontecimentos que ele enumera. Nos últimos tempos, tem havido mudanças significativas nas políticas norte-americanas em relação a Taiwan, diz ele. Mike Pompeo (secretário de estado na administração Trump) enviou felicitações à presidente Tsai Ing-wen quando esta tomou posse em 2020; a administração Trump recebeu diplomatas de Taiwan no Departamento de Estado e em outros gabinetes oficiais, um padrão que a administração Biden seguiu; o secretário de estado Antony Blinken refere-se publicamente a Taiwan como um país; Joe Biden convidou uma delegação de Taiwan para sua posse e para a Cúpula da Democracia; foi anunciado na imprensa que os militares norte-americanos estavam treinando forças taiwanesas.

A lista talvez não seja exaustiva, mas dá uma ideia da natureza das relações dos Estados Unidos com Taiwan e do significado da exigência de Xi, em sua conversa telefônica com Biden, de que o compromisso com as declarações assinadas não seja apenas em palavras mas também em atos.

David Sacks parece concluir, a partir desta lista, que a China continuará aceitando isso. Ele não imagina que, talvez, acabe entornando o copo da paciência. Uma conclusão que não parece longe da realidade, se acrescentarmos que o aviso de que aqueles que brincam com fogo podem se queimar veio agora do próprio presidente Xi, depois de ter sido feito, no mesmo tom, pelo exército e pela chancelaria chineses. Não ver a importância desta escalada seria um erro com consequências possivelmente impagáveis.

## Que fazer?

O mundo assiste a esta escalada certamente com preocupação e horror diante das possíveis consequências de medidas que dificilmente parecem enquadrar-se numa necessária política de cooperação para enfrentar os desafios comuns da humanidade. Tal como os Estados Unidos e os países europeus fizeram na recente reunião da OTAN em Madri, onde adotaram uma resposta militar inútil para enfrentar a situação na Europa, não faltam vozes que sugerem uma escalada militar para lidar com Taiwan.

Para David Sacks, a visita de Nancy Pelosi seria uma última oportunidade para expressar seu apoio a Taiwan como presidente da Câmara dos Representantes, uma vez que é provável que ela deixe o cargo após as eleições de novembro. Ela poderia, assim, deixar no currículo um sinal claro de sua decidida oposição ao regime chinês. Mas sua vaidade poderia ser desastrosa para a humanidade.

Se a invasão russa da Ucrânia é um problema internacional, a situação de Taiwan é vista por Pequim como um problema interno chinês. “E a soberania não é negociável”, Qian lembrou Henry Kissinger. É difícil acreditar que Washington não compreenda claramente a diferença. Mas pode sentir-se tentado a testar sua sorte.

E o resto do mundo não tem nada a dizer? Os líderes políticos latino-americanos não podem falar e reivindicar direitos legítimos da humanidade? Não seria útil que líderes da região – estou pensando em Lula, Fernández, López Obrador, Petro, Boric, Arce, Mujica, Correa, Morales, enfim, representantes de importantes setores da opinião pública da região juntarem-se a outros, como o senador Bernie Sanders e um grupo de congressistas norte-americanos que se opõem à guerra, e a políticos europeus, tais como Merkel, Schroeder, Corbin, Mélenchon e, certamente, muitos outros – se movam para travar uma batalha perante a opinião pública, destacando as consequências dramáticas que tal caminho de confrontação armada terá para a humanidade?

**\*Gilberto Lopes** é jornalista, doutor em Estudos da Sociedade e da Cultura pela Universidad de Costa Rica (UCR). Autor de *Crisis política del mundo moderno (Uruk)*.

Tradução: **Fernando Lima das Neves**.

⇒O site *A Terra é redonda* existe graças aos nossos leitores e apoiadores. Ajude-nos a manter esta ideia.⇐

[Clique aqui e veja como.](#)